

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 21 DE JUNHO DE 1999

*Senhor Ministro de Estado da Defesa, Doutor Elcio Álvares; Senhor Comandante da Escola Superior de Guerra, General Carlos Patrício Freitas Pereira; Senhoras e Senhores Estagiários da Escola Superior de Guerra; Senhoras e Senhores,*

Tenho, mais uma vez, a honra de receber, aqui, esse conjunto de pessoas, tão numeroso e, como fez questão de ressaltar o General Freitas Pereira, composto por civis e militares, por homens e por mulheres. Para nós, é uma grande alegria, de vez em quando, termos a possibilidade de uma conversa franca e direta do Presidente da República com aqueles que trabalham na Escola Superior de Guerra.

Esta é a primeira vez em que a Escola Superior de Guerra vem aqui, ao Palácio do Planalto, depois da criação do Ministério da Defesa e com a presença do Ministro da Defesa. Portanto, isso já demonstra o clima que vivemos, de renovação, de reafirmação da confiança que o Brasil tem nas suas Forças Armadas e de cooperação entre a sociedade brasileira, no seu conjunto, englobando civis e militares.

Na verdade, desta feita existe, também, um outro fato que requer uma referência especial. É que estamos comemorando o cinqüente-

nário da Escola Superior de Guerra. E essa Escola, como os senhores sabem, tão bem quanto eu, teve como um de seus primeiros comandantes o Marechal Cordeiro de Farias, personalidade que deixou marcas bastante profundas na vida política brasileira, a qual, pessoalmente, tive a satisfação de conhecer e que teve uma longa convivência política e militar no Brasil, tendo se destacado, desde jovem, nas lutas pela democratização do Brasil e tendo sido um dos nossos militares que lutaram pela liberdade na Itália.

Nunca me esquecerei – era menino ainda, é verdade – da emoção de que o Brasil se cobriu na volta dos pracinhas da Itália, ao ver aqueles nossos compatriotas que tinham ido para lá lutar e, entre eles, o marechal Cordeiro de Farias.

Por tudo isso, por ser a comemoração dos 50 anos da Escola, pelo próprio fato de essa Escola ter nascido sob a égide de um homem como Cordeiro de Farias, não é de estranhar que nessa Escola tenhamos, no quadro dos seus diplomados, nesse período, nada menos que quatro Presidentes da República, 45 ministros de Estado, 20 senadores, 31 deputados federais e inúmeros diplomatas e oficiais-generais. Basta me referir a esses poucos fatos e números, para que se veja o significado da ação dessa Escola, na formação da mentalidade daqueles que dirigem o Brasil.

Queria, portanto, aproveitar esta oportunidade de estar junto com pessoas que têm sobre seus ombros a responsabilidade de dar seqüência a uma tradição de uma Escola que pensa o País e que trata de colocar em perspectiva as nossas possibilidades, como Nação, de discutir, ou, pelo menos, de conversar com os Senhores, a respeito de alguns temas, como tenho feito habitualmente, quando me encontro com os que vêm da Escola Superior de Guerra. São temas da atualidade, mas que não se esgotam na atualidade. São temas que têm a ver com aquilo que é, precisamente, a preocupação central de todos nós e, notadamente, dessa Escola. Ou seja, a definição de um rumo para o nosso país, a possibilidade de este país continuar se desenvolvendo, crescendo e sendo capaz de ter a sua presença não só reforçada, no plano internacional, pela nossa capacidade de ação coerente com os valores nos quais acreditamos, mas, também, e cada vez mais, cioso da

necessidade de oferecer aos que aqui vivem as melhores condições para que eles possam, também, prosperar junto com o País.

Creio que, nessas circunstâncias, de estarmos diante de um grupo de escol, que discute alguns temas de relevância para o Brasil, é oportuno que o Presidente da República aproveite os escassos minutos de que dispõe, para fazer algumas poucas reflexões e prestar-lhes alguns esclarecimentos sobre esses mesmos temas, ou seja, os rumos do Brasil e as expectativas que todos temos de que este país possa continuar no seu caminho de desenvolvimento. É imperativo, neste momento, fazer referência àquilo que todos conhecem, mas que convém, não obstante, rememorar. Costumo dizer que poucos países tiveram a capacidade que o Brasil teve de suportar abalos financeiros tão fortes como os que passamos. Não obstante, o País tem conseguido manter-se no rumo necessário para que possa continuar a crescer e a prosperar.

Se me permitem uma muito leve, brevíssima incursão nos últimos anos, diria que, pelo menos desde os momentos em que este país se decidiu pelo caminho da consolidação da sua economia, através da estabilização da moeda, através da luta contra a inflação – e tive a satisfação de poder participar deste combate, desde o ano de 1992, embora, na verdade, fosse em 93 que nós começamos a definir um rumo para reorganizar a economia e o Estado brasileiro –, fomos, como país, capazes de vencer aquilo que parecia quase impossível, que era um processo caótico que minava as nossas possibilidades nacionais. A inflação corroía, de uma forma letal, não apenas a economia em geral, mas, sobretudo, o bolso dos mais pobres e a capacidade do Estado brasileiro de sequer saber a quantas andava.

Não entrarei em detalhes porque são conhecidos e desnecessários. Quiseram os fatos, entretanto, que, depois de um esforço grande, a partir de julho – a partir, na verdade, da URV–Unidade Real de Valor –, a partir da troca da moeda, em julho, o País pudesse sentir o gosto de uma economia mais estável, que permite, como sempre permite uma economia estável, que exista um processo mais profundo de melhoria de condições de vida, sobretudo dos mais pobres.

De lá para cá, a economia internacional foi abalada por sucessivas crises. Tivemos a crise do México, em 94, que caro nos custou, no ano seguinte. As pessoas, muitas vezes, não se recordam e imaginam que tudo tenha caminhado no melhor dos mundos. Mas março e abril de 95 foram extremamente difíceis, em que tivemos uma perda, num só mês, de 10 bilhões de dólares. Fomos obrigados a elevar as taxas de juros para aquelas paragens astronômicas nas quais elas gostam de estar, mas o povo, não, nem o Presidente.

Mal ajeitada a situação dessa instabilidade, dessa turbulência financeira internacional, nos defrontamos com a turbulência financeira interna. A de 95 foi conseqüência da crise do México, de 94. A interna foi a crise do nosso sistema bancário, que estourou em fins de 95, permeou o ano de 96 e nos obrigou a criar o Proer, que foi um instrumento, na época, muito mal falado, como se fosse um instrumento de salvação de banqueiros, quando foi um instrumento de salvação dos depositantes e das empresas que dependem dos bancos para o seu funcionamento. Graças a esse instrumento, foi possível sanear o sistema financeiro, a duras penas, durante algum tempo, fechando bancos e os antigos banqueiros perdendo, não só os bancos como seus bens individuais, e permitindo que houvesse a continuidade do funcionamento do sistema financeiro nacional.

Isso não foi, entretanto, o suficiente para evitar que os abalos da crise de 97, no sudeste da Ásia, outra vez nos alcançassem. E outra vez, com extrema dificuldade, foi possível buscar apoio no Congresso Nacional e no povo do País, na sociedade brasileira para que nós reagíssemos, no final do ano de 97, quando as turbulências que vieram da Ásia alcançaram fortemente o país. E, outra vez, assistiu-se ao mesmo processo de elevação de taxas de juros, de contenção do processo de crescimento econômico. Mas, finalmente, já em janeiro de 98, estavam os sinais claros de que havíamos conseguido superar aquelas dificuldades.

Não obstante, desde agosto de 98, com a crise da Rússia, outra vez, aí pelo fenômeno chamado de contágio, as mesmas intempéries assolaram os mares da nossa economia e o barco quase soçobrou.

Só em setembro, perdemos 20 bilhões de dólares das nossas reservas. E, outra vez, houve um esforço enorme para manter o rumo da economia e da sociedade, não se perdendo o controle do leme.

Depois das mais recentes crises – desnecessário se faz que me refira em profundidade ao processo – uma primeira tentativa de resistir com esse regime cambial prevalecente, e uma segunda tentativa, depois de nossos esforços baldados, por razões que não vêm ao caso discutir agora, mudamos o regime cambial e passamos a ter um sistema de flutuação das taxas de câmbio. Outra vez, dessa feita com surpresa internacional, em poucos meses já se sentia que o Brasil reagia positivamente. Só que, dessa vez, não apenas contivemos os efeitos da crise que vinha de fora. Contivemos a crise internacional. Contivemos a crise internacional porque, dada a interconexão que existe hoje, nestes mercados, se o Brasil não tivesse tido a capacidade de conter essa crise, ela teria alcançado processos crescentes e nunca se sabe aonde iriam parar.

É certo que, nesse processo, contamos com apoio de 20 países desenvolvidos. Mas o fato é que, de toda maneira, a forma pela qual a sociedade brasileira reagiu ao desafio foi positivamente surpreendente. Ninguém acreditava – e quem se der ao trabalho de reler o que se dizia em janeiro e fevereiro deste ano continuará sem entender como – que fosse possível, em pouco tempo, retomar objetivos mais consistentes, com a possibilidade da retomada do crescimento e de uma estabilização que seria benéfica para o povo deste país.

Os Senhores e as Senhoras são todos testemunhas de que não faltaram análises, locais e internacionais, a prever taxas de inflação, que atingiriam níveis estratosféricos. Quantas vezes, aquela famosa maquininha, que imprimia os preços nos supermercados, voltou a aparecer nas telas de televisão, como que dizendo: “Foi tudo para o espaço.”

Nada foi para o espaço. Na verdade, as expectativas eram de que teríamos uma taxa de inflação de – alguns chegaram a falar – 40%, 50% ao ano. Nós próprios, nos nossos primeiros entendimentos internacionais, calculávamos em 16%, 17%. Hoje, quando se olham os dados relativos ao que ocorreu até agora, vai-se verificar que essas expectativas fo-

ram redefinidas e já se fala em algo ao redor de 6%, 7% até o fim do ano, e quem sabe Deus o que vai acontecer, se não pode ser até menos.

Mas não foi apenas a contenção da inflação que houve, efetivamente. Surpreendeu, também, a muitos, o fato de que a recessão, tão anunciada, vai ter proporções infinitamente menores do que as que estavam sendo imaginadas. Sempre digo que é difícil fazer prognósticos em economia, e que quaisquer dessas estimativas que são apresentadas como se fossem verdades absolutas servem muito mais para estimular expectativas e, eventualmente, para orientar ou para estimular, mesmo, interesses, do que, realmente, para serem comprovadas historicamente. Portanto, a base científica é sempre muito relativa, porque o processo histórico é um processo humano e muito variável.

Mas, certamente, ninguém hoje acredita mais que haja recessão em 1999, nos níveis previstos no começo deste ano. Alguns chegaram a prever uma queda de 6% do PIB. Os mais moderados, inclusive o Governo – não eu –, falavam de 3% a 4%. Nunca acreditei que chegássemos a tanto. Hoje, os mais moderados falam ao redor de zero e os que gostam de olhar o futuro com mais confiança, como eu, preferem que venha a ser positiva. E ninguém, nem os pessimistas, falam muito mais do que, talvez, 2% negativos.

Ou seja, nem veio a inflação, nem houve o descontrole cambial, depois do *overshooting*, como se diz na linguagem dos economistas, nem veio a recessão, na profundidade que estava sendo prevista e, por alguns, até desejada. Nada disso ocorreu. E não ocorreu porque não houve perda de controle do Governo nas decisões. Também, porque a população brasileira amadureceu o suficiente para reagir de forma construtiva e entender que é fundamental garantir-se a estabilidade, até como um instrumento para garantir o valor dos salários e, eventualmente, uma melhoria na distribuição de renda.

Fato também significativo, talvez, do ponto de vista de longo prazo, mais significativo do que os dados conjunturais a que me referi, diz respeito às taxas de investimento, que nunca chegaram a cair na forma que foram previstas. Basta mencionar o fato de que as taxas de investimento estrangeiro direto têm superado não só as expectativas,

mas os investimentos do ano passado. Até maio deste ano, em termos de investimento produtivo e direto, já recebemos mais de 10 bilhões de dólares. A expectativa é que até o fim do ano tenhamos 16 bilhões de dólares.

Se mantivermos esse mesmo ritmo, não imaginando que haja uma expansão, isso será suficiente para cobrir o déficit das contas externas. Ainda que as exportações não reajam com a velocidade com que gostaríamos que reagissem e que, portanto, haja necessidade, efetivamente, de recursos para o conjunto das contas externas, que incluem juros, viagens ao exterior, fretes, etc., o investimento direto cobre o eventual déficit.

Vale dizer que se me refiro ao dado do investimento estrangeiro direto, ele guarda uma certa proporção com o investimento interno. E o coeficiente de investimento interno é, muitas vezes, mais elevado que o do investimento externo.

Daí por que – e por isso fiz esse intróito – temos condições, hoje, em junho, menos de seis meses depois da desvalorização, para fazer, como faremos agora, a partir de agosto, uma forte aposta na continuidade do crescimento econômico do Brasil, através da apresentação do Plano Plurianual de Investimentos, que será feita ao Congresso Nacional em agosto e no qual divisamos um crescimento para os próximos cinco anos. Os montantes de investimento, só nesse conjunto de projetos que estamos apresentando ao Congresso Nacional, é da ordem de 165 bilhões de reais. Desses 165 bilhões de reais, a imensa maioria não virá do setor público diretamente, porque está, sabidamente, está esgotado – e os Senhores que trabalham no setor público sabem disso. Não temos recursos para as nossas atividades normais.

Não temos recursos para fortes doses de investimento. Mas temos o suficiente para sinalizar, para projetar, para atrair investimentos. E o que estamos fazendo – isso será apresentado ao país – é um esforço de regionalização desses projetos, assim como no programa Brasil em Ação, que se cumpriu. Temos 42 grandes projetos sociais e de infra-estrutura, a maior parte deles em marcha, alguns deles já terminados. Nesses projetos, a contribuição do Tesouro foi relativamente modesta, diante ao que se atrai do setor privado. Haverá tam-

bém a possibilidade de, nessa continuação do Brasil em Ação, através do PPA, que se chama Plano Plurianual de Investimentos, continuar atraindo e, agora, dessa feita, como eu disse, regionalizando, mostrando ao país, para cada região, que tipo de investimento de infra-estrutura, que tipo de investimento social, que tipo de investimento cultural será necessário para seguirmos adiante nesse caminho de um Brasil mais consolidado e mais sólido.

Esse trabalho foi feito pelo BNDES, em estreita cooperação com o Ministério do Orçamento e Gestão. Vamos modificar o Orçamento da República. Aliás, amanhã ou depois, irei ao Ministério do Orçamento e Gestão para verificar essas modificações, que dizem respeito ao modo de apresentar o Orçamento e de gerenciá-lo. Vamos fazer o Orçamento inteiramente sob o conceito de programas. E vamos ter, como tivemos no Brasil em Ação, um sistema de gerenciamento dos programas.

Tudo aquilo que foi feito sob a égide do programa Brasil em Ação funcionou a contento porque tinha – se quisermos imitar os americanos – um *fast-track*, ou seja, os recursos eram contínuos e estavam à disposição e não sofriam interrupção. O montante de recursos não é importante quanto a continuidade do fluxo. Claro que o montante também o é. Mas assegurar a continuidade do fluxo é essencial. Estamos mudando o modo de fazer a apresentação do Orçamento da República de tal maneira que em cada área, em cada região vai se saber quais são os projetos que o Governo faz. Aí é para tudo. Não é só para projetos de investimentos. Não me refiro mais ao PPA, mas ao Orçamento mesmo. E o Orçamento mesmo estará, digamos, ligado diretamente ao Plano Plurianual, ao PPA, o que dá uma idéia do caminho pelo qual estaremos marchando.

De fato, quando olhamos em retrospectiva o que aconteceu nesses anos de estabilidade econômica, vamos ver que houve transformações importantes. Toda a estrutura energética brasileira foi reorganizada em função dessa visão de um conjunto de obras, que são estruturantes, que dão uma ossatura para o Brasil poder crescer e avançar.

Se olharem no mapa, vão ver, em primeiro lugar, que existe uma definição – e vou voltar, mais adiante, a isso – muito clara da nossa

inserção na América do Sul. Nessa inserção, a nossa geografia econômica se abre e se integra na América do Sul. Estamos buscando energia elétrica na Venezuela, através de Guri. Fizemos a ligação de Manaus até o mar do Caribe, através da BR-174. Estamos nos vinculando à Bolívia, através do gasoduto que já está feito, o gasoduto Brasil-Bolívia. A mesma coisa com relação à Argentina, no que diz respeito à questão da energia termoelétrica e energia elétrica. A mesma coisa faremos com o gás.

Estamos examinando, crescentemente, esses mecanismos todos de integração energética e de integração viária. Talvez, a energética tenha caminhado mais depressa do que a integração viária. Essas possibilidades são cada vez mais sensíveis, agora, com a queda rápida da taxa de juros, com a mudança do sistema de câmbio.

E o Ministro Malan, ainda hoje – acabei de ver na telinha –, reafirmou que precisamos chegar ao fim do ano com a taxa de juros real de 10%, coisa que não se vê há décadas neste país. Com essas condições macroeconômicas, obviamente as condições de infra-estrutura têm que avançar depressa, no que diz respeito à energia elétrica, ao gás e ao petróleo, que são condições fundamentais para o crescimento da nossa economia.

No que diz respeito ao gás, já mencionei a questão do gás da Bolívia. A Petrobras descobriu dois campos de gás na Bolívia, muito poderosos. Esses dois campos, sozinhos, são suficientes para o abastecimento de gás da Bolívia para cá. Não é necessário que seja assim, mas isso significa que será o próprio gás do qual somos sócios que será trazido para cá, pelos gasodutos que vêm da Bolívia.

Recentemente, estive em Urucu. Lá no Amazonas, se pode verificar o esforço imenso que foi feito, para que, no meio da selva amazônica, houvesse a possibilidade da exploração de gás e de petróleo, com respeito ao meio ambiente, com o que se chama ISO-14000, que é um certificado de respeito ao meio ambiente. O gás de Urucu, dentro de pouco tempo, 30 meses, estará servindo para abastecer termoelétricas em Manaus e em Porto Velho, garantindo a essas regiões, que eram carentes de energia, a condição necessária para que tenham, também, um futuro de integração e de prosperidade no Brasil

do futuro. As reservas de gás de Urucu são muito importantes. Já existe um gasoduto que liga, praticamente, o gás que sai da bacia de Campos. Da bacia de Campos, vamos fazer a ligação com o Espírito Santo e, na Bahia, já existe uma ligação que sai no Rio Grande do Norte e que vai chegar até o Ceará.

Em cada um desses dutos de ligação de gás é possível implantar termoeletricas. O sistema de geração de energia hidrelétrica, no Brasil, nesses últimos anos, com o Brasil em Ação e com a estabilização da economia, foi aumentado, senão ainda efetivamente, mas nos próximos anos, quando se efetivarem todas as obras, em cerca de 40%.

Só que a energia hidrelétrica, por um lado, se esgota, porque as fontes não são renováveis, são excelentes, mas se esgotam. Não há mais onde explorar, a não ser pequenas fontes geradoras e têm que ser complementadas por termoeletricas. Até porque, por razões que escapam à minha competência técnica, o sistema hidrelétrico e a sua interligação, por vezes, podem sofrer problemas sérios, como os “apagões”, e é preciso que haja, também, um sistema de apoio, baseado na energia termoeletrica.

Pois bem, o Ministério de Minas e Energia e a Petrobras estão lançando, agora, uma série de projetos de termoeletricas; e não só através da Petrobras; alguns, também, independentes. E uma termoeletrica se faz em 24 meses, 30 meses. Estamos, portanto, cuidando para que a oferta de energia seja compatível com as expectativas de crescimento que temos, para os próximos anos, no Brasil.

Também modificamos, sensivelmente, a questão portuária, no Brasil. Não preciso me referir a cada passo, mas houve modificações importantes no porto do Rio Grande. Criamos o porto de Sepetiba. As Docas do Rio de Janeiro foram modificadas. O porto de Suape foi terminado. Estamos fazendo o porto de Pecém, lá no Ceará, e por aí afora. Há um porto novo, em Itacoatiara, no Amazonas, outro em Porto Velho. Hoje, a produção de grãos do centro do Brasil, do Chapadão de Parecis, já lá vai, pelo rio Madeira, entra no rio Amazonas e, daí, vai pelo mundo afora, barateando sensivelmente o custo de transporte.

O mesmo se fez e se completou – obras que já vinham de antes – no que diz respeito à bacia do Tietê e toda a possibilidade de navegabilidade, na

área do Tietê-Paraná. Estamos providenciando para que seja continuado o sistema Tocantins–Araguaia e o sistema do rio São Francisco. Muitas vezes, há dificuldades, por questões de respeito ao meio ambiente. Todo o processamento democrático dessas decisões requer tempo, e é preciso prestar atenção, efetivamente, ao meio ambiente. Então, muitas vezes, não se pode avançar com a velocidade que se gostaria, mas é mais importante avançar com o apoio da população local, com o consentimento da sociedade, e dentro de uma visão de desenvolvimento que não seja predatória. É o que estamos fazendo. Diga-se, de passagem, que a navegação nos rios amazônicos se faz, crescentemente, sob o comando de satélites, para ser feita à noite, também. Portanto, tudo isso são perspectivas novas que se abrem ao Brasil.

Nesse mesmo processo, modificamos sensivelmente alguns aspectos. Um: aí se vêem os primeiros resultados do que foi a flexibilização do monopólio da Petrobras, do petróleo, na verdade, sem detrimento da Petrobras. Só as pessoas mal avisadas imaginavam que dessa flexibilização resultaria o enfraquecimento da Petrobras. Agora, se queixam do contrário, de que a Petrobras está, crescentemente, forte, a despeito ou talvez até por causa da flexibilização do monopólio.

Só os *royalties* que o Governo Federal e os estados vão receber, nos próximos dez anos, podem chegar a cerca de 50 bilhões de dólares. Agora, tem-se que pagar *royalties* para a União, inclusive a Petrobras.

O importante é dizer que, nessas áreas continuamos tendo uma posição de vanguarda. A Petrobras continua sendo capaz de pesquisar petróleo em águas profundas e detém a tecnologia mais avançada na exploração de águas profundas.

Da mesma maneira, modificamos o sistema de telecomunicações. Esse sistema, que foi feito nos anos 70 e que provocou uma modificação muito importante do Brasil – a instauração de um sistema de telecomunicações – precisava dar novos saltos. Esses novos saltos foram dados.

Alguns ainda insistem na idéia de que tudo isso poderia ter sido feito sob o controle do Estado. Eu pergunto: com que roupa? Com que recursos? Se, no passado, era possível, através de impostos, recolher recursos e investir, hoje, a escala de investimentos é de tal magnitude e a sociedade requer do Estado tantas ações em outras áreas

que, dificilmente, concordaria em dar mais impostos para manter processos produtivos em expansão.

A razão pela qual os setores estatais da economia passaram a ser de difícil expansão não foi a falta de competência do Estado e, muito menos, dos funcionários e técnicos das empresas, não. É outra razão: a falta de recursos para fazer frente à escala de acumulação, que é imensa no mundo contemporâneo.

Rompemos, por isso, a barreira que havia na questão das comunicações. Estamos assistindo aos primeiros efeitos. O preço dos sistemas celulares caiu drasticamente. O uso do celular chegou às classes C e D. Basta ler nos jornais. O que antes se pagava para se poder ter um telefone – e quanta gente usou o telefone como um bem, como uma forma de reserva de valor – hoje não vale mais nada, porque as empresas estão competindo para ver quem entrega mais depressa. E as tarifas estão caindo sensivelmente.

O importante não é apenas – e já é muito importante – que se dá a novas camadas da população, o acesso à possibilidade de utilização dos meios de comunicação. O importante é que isso também serve para a infra-estrutura de produção brasileira e até mesmo, neste caso, ao pequeno produtor, ao microprodutor, ao artífice que está em casa. Isso dá outras perspectivas.

Tudo isso é efeito do que fizemos nos últimos cinco anos, a partir da estabilização da moeda e a partir da decisão clara de levar adiante um projeto de transformação do Brasil e um projeto de desenvolvimento nacional.

Muitas vezes, ouço dizer que o Governo se ateu à estabilidade e se esqueceu do desenvolvimento. Pois estou lhes mostrando que o Brasil mudou e mudou, nesse aspecto da sua base de produção, para melhor. Muitas vezes, também, existe a perspectiva equivocada de que essas transformações se fizeram em detrimento do capital nacional. Recentemente, o Doutor Luciano Martins, que foi meu assessor até há pouco tempo e, hoje, está em uma embaixada no exterior, fez um levantamento sobre essa alegada desnacionalização. Outros falaram de sucateamento da empresa nacional.

Bom, os dados não corroboram essa idéia. Não que tenha deixado de haver investimento do exterior aqui. Houve. Mas houve a continuidade de investimento nacional. E se criou toda uma teia de novos investidores. Talvez, nomes que cintilavam no passado tenham perdido seu brilho. O tamanho proporcional deles diminuiu. Mas é só andar pelo interior do Brasil. Não vou citar empresas. É só ver a multiplicidade de novos investidores e investimentos, de novas fortunas que se estão fazendo neste país. Quando se coloca em proporção e se vê qual é a participação nisso ou naquilo, ver-se-á que, na verdade, não houve perda de dinamismo do setor privado. Houve, evidentemente, competição. Houve, evidentemente, em função da abertura da economia, as condições que levaram ao progresso técnico. Houve setores que perderam. Houve setores que ganharam. Houve os que ousaram demais. Houve os que ousaram de menos. Enfim, os processos normais de mudança. Mas o sentido geral da mudança não foi em detrimento da possibilidade de o Brasil continuar tendo um setor empresarial, não só o que aqui está localizado, sendo multinacional, mas o local, também, crescendo.

No setor de energia, é só olhar a quantidade de investidores brasileiros que está lá competindo. Com telefonia, a mesma coisa. Temos a Petrobras e agora estamos abrindo o setor para os médios e pequenos investidores para que haja empreendedores brasileiros, também, nesse processo.

Quem falar de sucateamento está com o cérebro sucateado. Um país que é capaz de vender aviões, como nós estamos vendendo, colocando a Embraer no *ranking* internacional das empresas de aviações regionais em quarto lugar e tendo contratos de mais de 5 bilhões de dólares, dificilmente pode imaginar que tenha a sua economia sucateada.

Apraz-me dizer que eu era Ministro da Fazenda, quando o brigadeiro Lélío Lobo, então Ministro da Aeronáutica, me procurou, porque a Embraer estava numa situação de insolvência. E me recordei que, quando Senador, votei a favor de recursos para a Embraer mais de uma vez. O Ministro Lobo tomou uma decisão corajosa, com o meu apoio, de fazermos uma privatização com a *golden share*. Hoje, a

Embraer está aí vendendo aviões, com velocidade e numa quantidade apreciável, o que é atestado da sua qualidade tecnológica.

Tudo que se está fazendo agora, no que diz respeito à produção de petróleo, está sendo feito com muito cuidado, para que haja uma participação ativa do setor produtivo nacional na produção dos equipamentos que serão necessários para a exploração do petróleo. Ou seja, o setor não apenas da infra-estrutura, mas o setor produtivo nacional também está participando desse esforço.

Quando iniciei o governo, tínhamos a produção de automóveis em São Paulo e em Minas. Hoje, o número de fábricas em cada um desses estados é maior. Temos fábricas no Paraná, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro. Estamos agora com uma fábrica projetada para a Bahia e outras fábricas menores em Goiás e em outras partes do Brasil.

Dir-se-á que se estão produzindo, nesse momento, menos automóveis. É verdade. Mas isso é confusão entre a conjuntura e as condições reais do sistema produtivo. A conjuntura é de contração. Mas a estrutura que está sendo montada é voltada para a expansão. E nós estamos criando as condições macroeconômicas. Eu me referi à taxa de juros e à taxa de inflação, para que possa haver uma expansão consolidada.

Claro está que de tudo isso resultou, também, uma transformação forte no campo social. Se os senhores olharem os jornais, hoje – hoje não os olhei, mas ontem olhei – vão ver que a cesta básica está em 120 reais. Provavelmente, em 1994, ela estaria em 100 reais. Portanto, houve um aumento de 20% em cinco anos. O salário mínimo era de 64 reais, hoje é de R\$ 136 reais. É baixo. E vai continuar baixo, enquanto não tivermos a coragem de mudar a regra, que ata o salário mínimo ao INSS.

Mas, aí, são dois fatos importantes. Em comparação com a cesta básica, o salário mínimo cresceu muito mais depressa. E o salário mínimo, temos a cesta básica como regulador dele. Portanto, houve, realmente, uma melhoria do salário mínimo. Em segundo lugar, o número de pessoas que recebe o salário mínimo decresce, a cada ano, no Brasil. Então, o dado sobre o salário mínimo, que é importante, tem que ser relativizado em função do salário geral, do salário médio geral do país.

Temos problemas nessa área. Nesse momento, por causa da conjuntura, certamente temos problemas. Mas temos problemas que não são de conjuntura. Temos problemas sérios, que dizem respeito à precarização dos postos de trabalho e à transformação do trabalho formal em trabalho informal. Hoje, provavelmente, há mais gente no trabalho informal do que no formal. Ganha-se melhor em certos setores. A maioria no trabalho informal gera um grave problema, porque quem está no trabalho informal não contribui, por exemplo, para o INSS, nem para o SUS. Não obstante – e é correto – pela universalização da assistência à saúde, e pelo fato de que todo brasileiro tem direito à aposentadoria, tem os benefícios.

Há alguma coisa que não está certa aí. E essa alguma coisa se chama legislação. Temos uma legislação que fez um bloqueio. Nesse bloqueio, o setor formal da economia tem direitos e o setor informal, não. Não tem certos tipos de proteção e também não tem certo tipo de contribuição. Infelizmente, não conseguimos, ainda, vencer certos preconceitos que impedem uma revisão necessária na legislação do trabalho, não no sentido de tirar direitos, mas no sentido de estendê-los a todos e de fazer com que as obrigações também sejam compartilhadas por todos.

Não obstante, apesar disso e apesar do zigzague inequívoco provocado por essas crises internacionais, apesar da resistência da economia brasileira, apesar de que mantivemos, o Governo manteve o rumo do país, é indiscutível que poderíamos ter ganho muito mais em termos de crescimento e em termos de bem-estar da população, se não tivesse havido essas crises e se nós tivéssemos avançado mais depressa em certas reformas, que são essenciais para que o Brasil continue a avançar.

Mesmo assim, continuamos fazendo o esforço necessário para que, no largo prazo, os malefícios de uma situação de séculos – de séculos – de marginalização de amplas camadas da população, de baixos salários e quase que de destrato de segmentos da população, se modifiquem.

Só se modifica isso através de programas universais. O que eu chamo de programas universais? Saúde para todos, educação para to-

dos. Claro que isso tem que ser complementado por programas específicos. Para isso, existe o Programa Comunidade Solidária, para as zonas mais pobres, para a convergência de programas, para atender mais em termos de merenda escolar, e assim por diante. Mas, olhando o Brasil em perspectiva – é disso que estamos tratando aqui –, é preciso dar atenção especial aos programas universais.

Nesse sentido, o Ministério da Educação está com seu rumo na direção certa. Estamos generalizando a escola primária. Estamos treinando melhor os professores. Estamos pagando melhor os professores, sobretudo nas áreas mais atrasadas do Brasil. Basta ver o número de ações no Supremo Tribunal por parte de Prefeituras e de governos de estado que não querem participar do Fundo de Desenvolvimento e Valorização do Magistério, porque verificaram que, realmente, o Fundef afeta, mas afeta positivamente. Pode afetar negativamente o Tesouro de um estado ou de um município, mas afeta positivamente o bolso do professor e a qualidade do ensino.

Não se muda uma situação educacional em quatro anos, em oito anos, em 12 anos. São 20 anos, são 30 anos. Temos que fazer uma espécie de revolução Meiji no Brasil. E ninguém faz uma revolução desse tipo imaginando o curto prazo. Ou se olha o longo prazo ou se esvaem todos os esforços na propaganda de curto prazo. Pusemos a ênfase nos programas de educação pública no Brasil para o ensino básico. Os resultados estão aí também: as taxas de evasão estão diminuindo, a taxa de crianças em idade escolar nas escolas atingiu 96%. Isso está forçando um aumento da escola secundária, porque se está promovendo um maior número de gente da escola básica.

Agora, o Ministério da Educação está voltado para o ensino técnico e para o ensino secundário. Não descuidou do ensino universitário, mas talvez não tenha se comprometido com tamanha força no ensino universitário como fez com o ensino primário. Vamos propor, no segundo semestre, um projeto de autonomia das universidades, um projeto de regulação das universidades. Não tem nada a ver com o que se fala de privatização da escola pública, porque, aí, seria criminoso.

Em um país como o Brasil, a educação gratuita universal tem que ser pública, na escola primária, no ensino básico. Tem que haver universidades públicas também. Mas o que elas não podem é ser universidades que gastem mais do que o País pode. Temos que ampliar o número de vagas nas universidades públicas. Há, ainda, espaço para ampliação de vagas sem que haja aumento de investimento. Precisamos cobrar mais desempenho e precisamos atar, como atamos, no ano passado, a remuneração ao desempenho, a remuneração não só aos títulos, mas às aulas efetivamente dadas pelos professores.

De qualquer maneira, no que diz respeito à educação, o rumo está traçado. E os resultados estão aí também. Estão e são reconhecidos pela Unesco, pelos relatórios dos bancos internacionais que têm examinado a questão educacional brasileira.

Mais difícil e, talvez, de largo prazo não tenha o mesmo alcance que a educação, mas de curto prazo é essencial, é o sistema de saúde. Os Senhores estão vendo o esforço ingente que o Governo está fazendo, no Ministério da Saúde, para, dentro das condições atuais, que são negativas do ponto de vista do orçamento público, para manter a universalização do atendimento de saúde.

Seria conveniente que se examinasse e se comparasse quantos países são capazes de, bem ou mal, oferecer saúde gratuita, de todo nível. Em alguns casos, como o caso da Aids, por exemplo, é algo a ser – a ser não –, que tem sido louvado, em nível internacional, porque é o único país que oferece o tratamento completo, gratuito, da Aids. Isso custa milhões, um milhão de reais. Mas é da lei, e é pela filosofia do Brasil as pessoas terem acesso a tratamento gratuito.

Não é só. Referi-me à Aids, que é o caso mais em foco. Mas, operações complexas, operações de transplante, são feitas gratuitamente. Um transplante de fígado deve custar cerca de 200 mil reais. Tem que ser feito gratuitamente, porque o povo não tem – ninguém tem – 200 mil reais, a não ser os muito ricos.

Portanto, a saúde é cara. Mas, mais do que isso, é preciso combater o desperdício. Basta ver o esforço ingente que o Governo está fazendo, através dos seus Ministros, para combater o desperdício, a

fraude, etc. nessa área. Com todas as dificuldades atuais do orçamento, a saúde e a educação não foram afetadas. Não foram afetadas não pela titularidade de quem lá está ou por inclinações políticas do Governo. Não foram afetadas porque são áreas essenciais. Quando se paralisa algum processo, nessa área, em termos de recursos, podemos estar perdendo muitos anos de trabalho já feito. E, para recuperar, custa muito, porque a população precisa de educação e de saúde.

Não descuidamos, também, nessa área, no campo social, de um problema que é dramático, que é o acesso à terra. Não me refiro ao que já se transformou numa agitação política, que é o MST – vamos ser claros –, uma agitação política, e sabe Deus com que propósitos. Não vamos confundir o legítimo interesse, o direito de obter terra e trabalho, com a permanente perturbação da ordem pública, através de meios violentos, da ocupação de prédios, da desordem. Isso é inaceitável. E está chegando a um ponto que será difícil que a continuidade dessas práticas não encontre uma resposta dura por parte daqueles que são responsáveis pela democracia no Brasil.

Não me refiro, portanto, à exploração política da terra. Também não nego a importância dos movimentos sociais, mesmo desses, que hoje estão tomando esse cunho, no sentido de fazer pressão, pressão que é legítima e é necessária. O que não pode é ultrapassar, como estão ultrapassando, os objetivos e mudar os seus objetivos.

Mas me referi ao que é legítimo. O acesso à terra foi ampliado como nunca. Assentamos, em quatro anos, mais do que em toda a história do Brasil. A um ponto tal que, agora, o Governo está reformulando os seus programas. Chama-se Desenvolvimento Local Integrado. Não vou entrar em tecnicidades. Estamos fazendo o Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária, que se confundiu com o Programa Nacional de Agricultura Familiar. Estamos ampliando o Pronaf, que é um programa de assistência à unidade familiar de produção. Enfim, havendo um esforço muito grande para que as populações que estão na terra, nesse pedaço de terra de que hoje dispõem, elas tenham condições efetivas para continuar a produzir, sabendo-se que o mundo moderno está baseado no *agrobusiness* e que, portanto, é extremamente

difícil fazer a manutenção da pequena unidade de produção familiar com a grande unidade de produção. Sabemos, também, que o Brasil ainda tem 20% da sua população vivendo no campo e que esses 20% não teriam como ser absorvidos pelas cidades.

Sabemos que, na Europa, quando houve um processo de industrialização mais acentuado, 60 milhões de pobres foram expulsos, para viver nas Américas. Alguns deles se beneficiaram. Uma boa parte sofreu e perdeu o rumo na vida, porque teve que sair dos seus países. Não queremos que com os nossos patrícios ocorra a mesma coisa. Como o sistema produtivo industrial e de serviços, mesmo urbano, não tem capacidade de absorver essa massa que vive no campo, vamos ter que continuar fazendo programas de atendimento a essa massa que está no campo.

Claro, temos problemas de conjuntura, como o desemprego, que são sérios, que são graves. E o Governo não está de braços cruzados diante desse problema. Pelo contrário, existe uma coisa chamada FAT, que é o Fundo de Assistência ao Trabalhador. Se formos medir os bilhões que são gastos pelo FAT para a capacitação e o retreinamento dos trabalhadores, me perguntaria se não precisaríamos reavaliar esses programas, que são feitos, não pelo Governo, mas pelos municípios, pelos estados, pelas secretarias de estado, pelos sindicatos. Muitos sindicatos, de todas as tendências, estão nesses programas. É preciso avaliar o efeito prático deles, porque o efeito de gastos financeiros é muito elevado. Chega-se, realmente, de novo, a bilhões. Esse dinheiro não vem do Orçamento, não é computado no Orçamento, mas é do FGTS, é de outras fontes. Ele tem uma destinação específica. Mas é preciso que nos empenhemos em avaliar melhor isso.

Certamente, a questão do emprego vai ser uma questão, digamos, desafiadora do mundo contemporâneo. A taxa de desemprego médio do Brasil é a do IBGE, que é única que pode ser usada para qualquer critério. Os estudos do Dieese têm uma outra metodologia – se utilizássemos o estudo do Dieese para ver o desemprego na Europa, ele chegaria a 40%, porque é outra metodologia. Se usarmos a mesma metodologia que se usa em toda parte, que é a do IBGE, o

último dado a que tive acesso, creio que foi de abril, era ao redor de 8% o desemprego, que é igual ao de abril do ano passado.

Isso não consola. Era alto em abril do ano passado. A expectativa era de que fosse mais alto agora. Não foi mais alto agora. Estabilizou. Mas ainda é muito elevado. Claro que, se compararmos com outros países vizinhos nossos ou na Europa, se poderia dizer também que, relativamente, não é tanto. Mas isso não adianta, porque quem está desempregado não quer saber se os outros estão relativamente pior. Quer ter emprego. Temos que criar condições de geração de emprego.

O mundo moderno, sobretudo nas áreas de industrialização antiga, como o ABC de São Paulo, tem muita dificuldade de manter empregos industriais. Basta olhar pelo mundo afora: o crescimento do emprego se dá no setor de serviços. Há uma contração enorme no setor da agricultura e uma contração grande também no setor industrial e uma expansão no setor de serviços. Mas a velocidade da oferta de emprego não guarda proporção de 1 por 1 com a velocidade do crescimento da economia.

Há, portanto, aí, um problema difícil de ser resolvido. Não é específico deste governo, de uma política, disso ou daquilo. Basta olhar o mundo, olhar em vários dados. Talvez, os países que tenham escapado mais depressa dessas dificuldades sejam os anglo-saxões – a Inglaterra e os Estados Unidos. E talvez a razão disso esteja na flexibilidade da legislação trabalhista nesses países e também na própria mentalidade no que diz respeito ao que seja emprego, que é muito mais uma ocupação do que um emprego estável, é uma mobilidade territorial muito grande, etc. Há muitos fatores que aí interferem. Temos que analisar mais em profundidade tudo isso.

Bom, já falei bastante a respeito dessas questões, só para lhes mostrar que o Brasil continua no rumo, tem rumo. O rumo é de prosperidade, desde que tenhamos o empenho e que não nos percamos em discussões vãs, não nos percamos, realmente, em uma espécie de permanente imolação do que não tem que ser imolado e que olhemos para a frente com confiança.

Mas não queria deixar de dar uma palavra a respeito da questão específica do campo militar. Não quero falar, hoje, sobre os aspectos

políticos, o que levaria a uma coisa mais ampla. Mas queria lhes dizer que há certos temas que têm que ser de preocupação nossa como política de “p” maiúsculo.

Um deles, além do desemprego, é a violência e a droga, porque essas não são questões menores. São questões fundamentais, de difícil trato. Criamos a Secretaria Nacional Antidrogas. Achamos importante que exista uma coordenação desses esforços. Sabemos da determinação constitucional específica da Polícia Federal para o trabalho repressivo. Sabemos das determinações específicas das Forças Armadas para dar segurança ao país. Mas precisamos ter um entendimento a respeito da utilização de umas e outras no processo da luta contra a droga, que não é somente uma luta repressiva. É uma luta de cabeça, uma luta de mentalidade, de educação, de difusão, mas é uma batalha. Nessa batalha, precisamos que exista, realmente, um envolvimento da sociedade como um todo – como um todo – porque ela diz respeito à nossa própria segurança. Segurança pública, no caso da violência, que está muito ligada à droga, e segurança, digamos, moral da sociedade, que não pode ser contaminada, como corre o risco de ser, como em certos países já foi, pelo uso abusivo da droga e pela incapacidade do Estado de lidar com o problema da droga.

É nessa perspectiva que temos, através da Senad, nos preocupado com a questão da droga. E é nessa perspectiva que temos conversado com as Forças Armadas a respeito da questão da droga. Certamente, não há de ser para transformar as Forças Armadas em polícia, porque não o são, nem há de ser para anular a ação da polícia, porque a ação da polícia é indispensável na questão da droga. Mas precisamos ter, aí, um entendimento mais amplo.

O Brasil não pode mais conviver com disputas corporativas. Não pode mais conviver. O Brasil tem que ter uma visão muito clara do seu destino, dos seus objetivos. A democracia implica isso. Se bem que a democracia implique a compreensão do outro, em certos graus de tolerância, devo dizer que, no meu caso, a minha tolerância chegou ao limite – chegou ao limite. Chegamos a um momento em que precisamos marchar juntos pelo rumo escolhido pelo povo. E o Pre-

sidente representa isso. Em qualquer campo, a decisão tomada há de ser decisão respeitada. Não pode ser decisão que, a cada instante, seja objeto de contestação, por quem quer que seja. Não de contestação de crítica, que sempre é possível, mas de contestação que diz respeito à não cooperação daqueles que estão na obrigação moral, porque são partidários, são aliados, ou institucional, porque são partes do Estado, para levar adiante os programas de transformação do Brasil.

Não podemos transigir naquilo que é essencial. E o essencial é que o Brasil não perca o seu amor à democracia, seu amor à disciplina, à hierarquia, que ele não perca o seu amor a uma convivência fraterna e não perca a confiança em si mesmo, como uma grande Nação, um grande país que é.

É nesse contexto que me apraz lhes dizer que temos, no que diz respeito especificamente ao campo militar, atuado com a compreensão e com o apoio daqueles que tomam decisão nessa área. E decisão, quem toma nessa área não são só os militares, não é só o Presidente da República, como Comandante Supremo. É o Congresso Nacional também, que define as leis fundamentais. E é a opinião pública que tem que dar sustentação, porque, sem a sustentação da opinião pública, não existe possibilidade da manutenção de um caminho de progresso.

Mas devo dizer que, nesse campo, temos conseguido o que é necessário para avançar. Não vou repetir o que disse recentemente, na instauração do Ministério da Defesa, por desnecessário, mas acho que as transformações que fizemos neste caso, com a renovação das Forças Armadas, com esse mesmo espírito que é tradicional, que é secular nelas, e a sua participação crescente, junto com a sociedade, nas tarefas de construção de um grande país e dentro dos marcos da democracia, são crescentemente requeridas.

Por isso me referi, aqui, à questão do narcotráfico. Porque na parte de logística, na parte de inteligência, na parte de comunicações, aí as Forças Armadas são necessárias. A sociedade requer a ação delas. Certamente, não requer na ação de polícia, que não lhes é própria, mas requer nessa ação de suporte de um conjunto de atividades, que, hoje, são atividades centrais para o mundo moderno, para o mundo contemporâneo, para a própria ordem democrática da sociedade brasileira.

Não encontrei nenhuma dificuldade nas Forças Armadas no encaminhamento dessas questões. Pelo contrário. E não digo isso porque esteja diante de tanta gente fardada. Mas digo isso porque é verdade. E tenho dito em quaisquer ambientes em que me encontre.

Para terminar esta já longa exposição, que tinha que fazer breve, acho, portanto, que, no momento, no ano em que a Escola Superior de Guerra comemora 50 anos, ela tem o que comemorar, realmente. E, hoje, incorporada a esse espírito da nova sociedade brasileira, ela continua sendo parte essencial da difusão desse mesmo espírito de crença no Brasil. Não uma crença ufanista, mas uma crença em um país que está em construção, e que não pode nunca, mas nunca mesmo, nem perder o rumo nem perder a confiança em si próprio.

Dei, aqui, alguns elementos para mostrar a necessidade dessa confiança em nós próprios baseada em realidades. Mas temos que ter, realmente, a compreensão das realidades e não deixar que, digamos, uma desinformação crítica mine os pilares de uma sociedade com tantos lados positivos como é a sociedade brasileira.

Dentro de poucos dias, estaremos no Rio de Janeiro numa reunião importante do Mercosul e dos países da América Latina com a União Européia. Não fomos nós que propusemos a reunião. Fomos nós que oferecemos a sede. Mas essa reunião tem um significado grande, porque é uma reunião de aproximação, sobretudo, do Mercosul com a União Européia, no momento em que há uma globalização. Globalização que, ainda ontem, chamei de assimétrica. Não podemos aceitar a globalização assimétrica. Temos que fazer valer os nossos interesses e os nossos direitos. Já que o processo é de globalização, vamos fazer as coisas com regras que sejam universais, que sejam válidas para todos e não que sejam discriminatórias, a favor de uns e em detrimento de outros.

Isso não é uma questão que se resolva com grandes discursos apenas. Podem ser feitos. Mas é uma questão que se resolve no dia-a-dia, que se resolve quando se vendem aviões em Le Bourget, se resolve quando se obriga os americanos a voltarem atrás na tarifa do aço, se resolve quando se tem uma compreensão do papel do Brasil na América do Sul e não

se deixa escapar a grande arma nossa, que é o Mercosul, por eventuais desacertos da conjuntura momentânea. Então, é uma perspectiva.

Nessa reunião do Rio de Janeiro, de uma maneira adequada, como estamos fazendo, sem bazófia, o Brasil, como os outros países que estão nessa mesma posição, fará um esforço para mostrar, na prática, do que se trata.

Quantas vezes vi e li que: “Ah, não tem mais sentido, porque a União Européia não vai abrir negociações.” Quantas vezes insisti em que, embora a reunião não tenha sido proposta para fazer a negociação de nada, é uma reunião política, a nossa posição – e estive na Europa discutindo isso, com alguns dos principais dirigentes europeus; estive nos Estados Unidos e mencionei ao Presidente Clinton a mesma questão; estive na Argentina e falei com o Presidente Menem – quantas vezes eu disse que esse derrotismo de antemão não leva a nada, a não ser à derrota, e que não entro nele. E farei um empenho máximo para mostrar nessa reunião, mais uma vez, com a modéstia que corresponde à nossa atitude, nas relações internacionais, que o Brasil mantém as suas posições. Tenho a convicção de que vamos conseguir, crescentemente, essa igualdade.

Não adianta imaginar que vamos mudar o curso de um mundo que se globalizou. Mas, sim, adianta dizer que essa assimetria tem que ser crescentemente reduzida, até desaparecer. Crescentemente adianta, e adianta fazê-lo na prática, como estamos tentando fazer.

Estou confiante de que mesmo agora, no Rio de Janeiro, uma vez mais, a nossa insistência na abertura de negociações que não sejam discriminatórias acabará dando frutos. E esses frutos, naturalmente, serão sementes, não serão já os frutos em si. Mas as raízes vão continuar crescendo. Teremos as reuniões da Rodada do Milênio, que vai se realizar, se não me engano, em Vancouver, no Canadá. E por aí adiante. Não é um processo que se resolva num estalar dos dedos, mas é um processo que, quando um país tem a noção do seu tamanho, a consciência do seu povo, a força do seu povo, quando ele tem rumo, quando ele tem determinação, consegue. Tenho certeza de que nós vamos conseguir.

Muito obrigado.